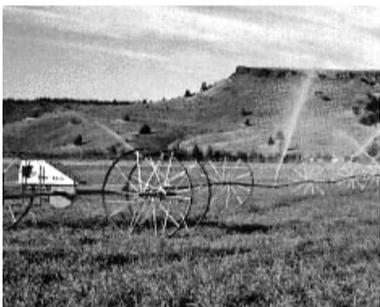


**ABOLIÇÃO DA
ESCRAVATURA É
DESTAQUE DO
ENCARTE *HISTÓRIAS
DO BRASIL***



O Plenário também discute os recursos para irrigação no Nordeste e Centro-Oeste

Plenário decide se autoriza empréstimo de US\$ 505 mi para Previdência

A autorização será votada em regime de urgência. Se aprovado, o empréstimo junto ao Banco Mundial será destinado à segunda fase da reforma da Previdência Social. Os recursos visam, segundo o governo, manter os atuais níveis de investimento na área social.

PÁGINA 3

Clodoaldo Torres assume em substituição a Carlos Wilson

O senador por Pernambuco dará atenção especial, anunciou, aos projetos que tratam da transposição das águas do rio São Francisco e da privatização da Chesf.

PÁGINA 7

CCJ discute emenda que pode aumentar verbas para a saúde

Proposta fixa percentuais mínimos para aplicação de recursos por parte de estados e municípios. Os ministros José Serra, da Saúde, e Pedro Malan, da Fazenda, foram convidados para o debate



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado marcou para as 10h de hoje debate sobre a emenda que vincula verbas orçamentárias à saúde.

de. Para o relator da PEC, Antonio Carlos Valadares, a opinião pública elegeu a saúde como um dos setores que mais necessitam da intervenção do Estado.

PÁGINA 4

Proibição de armas de fogo é tema de reunião

Em reunião extraordinária, os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania discutirão projeto substitutivo, do senador Renan Calheiros, que proíbe a venda de armas e munições e prevê o recolhimento daquelas em poder da população.

PÁGINA 4

CAE examina projeto que garante direitos dos contribuintes

O projeto do senador Jorge Bornhausen que cria o Código de Defesa do Contribuinte é um dos assuntos sobre os quais devem deliberar hoje os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O objetivo do projeto é evitar que os contribuintes sejam vítimas de abusos por parte do fisco.

PÁGINA 3



Bornhausen prega uma "relação de igualdade jurídica" entre o fisco e os contribuintes



ANTONIO CARLOS QUER SOLUÇÃO URGENTE PARA SEGURANÇA PÚBLICA

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que recebeu ontem visita de cortesia da cantora Ivete Sangalo (foto), anunciou que pedirá esta semana em Plenário o uso das Forças Armadas para reforçar a segurança dos cidadãos na rua.

PÁGINA 2

ACM cobra solução urgente para segurança pública

Em pronunciamento no Plenário, o presidente do Senado insistirá na defesa do uso das Forças Armadas para enfrentar a violência urbana

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou na manhã de ontem que ainda nesta semana pedirá, no Plenário da Casa, uma solução urgente para o problema da segurança pública no país, propondo o uso das Forças Armadas para reforçar a proteção dos cidadãos nas ruas.

No entender de Antonio Carlos, a gravidade dos problemas de segurança pública no país exige uma solução imediata e eficaz. "Se não são as Forças Armadas, o que será?" — questiona o senador. "As Forças Armadas estariam melhor nas ruas do que nos

quartéis", disse Antonio Carlos. A observação do ministro da Defesa, segundo a qual isso seria "um desvio de função", não é vista como obstáculo pelo senador.

— Não pode, pela Constituição, hoje. Mas também a reeleição (para cargos executivos nas três esferas de poder) não podia. É só mudar — argumentou o presidente do Senado.



ACM sugere mudança na Constituição para permitir presença das Forças Armadas nas ruas

Exposição no Senado inclui espada de Pedro I e caneta da princesa Isabel

Estarão à mostra a partir de hoje em Brasília, pela primeira vez na cidade, peças como a espada com que d. Pedro I proclamou a Independência do Brasil e a caneta com que a princesa Isabel assinou a Lei Áurea. As peças são parte da exposição *Memória e Futuro*, que faz parte das comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil e é promovida pelo Senado Federal.

— A iniciativa é inédita. É a primeira vez que essas peças saem do Rio de Janeiro. Também pela primeira vez, poderão ser vistos no mesmo lugar objetos do acervo do Museu Histórico Nacional e do Museu Imperial de Petrópolis — explicou o diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, membro da comissão responsável pela organização do evento.

Agaciél Maia destacou ainda a apresentação de um painel multimídia feito especialmente para a exposição pelo designer Marcelo Dantas. "O visitante pas-

sará no meio do painel e poderá se ver dentro da própria exposição", adiantou o diretor. A exposição será montada no Salão Negro do Senado e ficará aberta para visitação do público diariamente das 9h às 18h, até 30 de julho.

Serão quatro módulos sobre a História do Brasil. A primeira parte abordará a pré-história, mostrando o estilo de vida dos primeiros habitantes do que viria a ser o Brasil, apresentando artefatos arqueológicos e indígenas.

O segundo módulo da exposição representará a fase que vai do Descobrimento à Independência, passando pela colonização, a expansão territorial, a mineração e os movimentos libertários. Serão exibidas reproduções de mapas da época e expostas armas e objetos de mineração, incluindo lingotes de ouro.

O Primeiro e o Segundo Império integrarão o terceiro módulo. Fazem parte a formação do Sena-

do Imperial, a implantação da república e a industrialização, chegando aos dias atuais. O quarto módulo é preenchido pela mostra multimídia de autoria de Marcelo Dantas, que assinou elogiada exposição da Bienal de São Paulo sobre os 500 anos. Ele destaca as potencialidades do Brasil e suas possibilidades de crescimento.

"É uma viagem e uma aula de História ao mesmo tempo", disse Agaciél Maia sobre a exposição. Além do diretor-geral do Senado, fazem parte da comissão responsável pelo evento o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva; o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita; e o diretor do Instituto Legislativo Brasileiro, Mário Lacerda Medeiros.

SERVIÇO

Exposição *Memória e Futuro*. Salão Negro do Senado, das 9h às 18h. De 30 de maio até o dia 30 de julho. Entrada gratuita.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
11h — Recebe Antonio de Pádua Ribeiro, ministro do Superior Tribunal de Justiça
11h30 — Recebe delegação de empresários da seção americana do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
18h — Participa da exposição *Brasil — Memória e Futuro*
Local: Salão Negro do Congresso Nacional

Brasil 500



PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: entre outros itens, Mensagem nº 99/2000, que solicita autorização à contratação de operação de crédito externo, no valor de até US\$ 505 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), na modalidade de ajuste setorial — reforma da Previdência Social/segunda fase, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil; segundo dia de discussão em segundo turno da PEC nº 66/99, que prorroga a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; entre outros assuntos.

COMISSÕES

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: votação do relatório final do Plano Plurianual (PPA), relativo a 2000/2003. Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: audiência pública sobre a PEC nº 86/99 (da Saúde), que assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, com a presença dos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e da Saúde, José Serra, e governadores de estado. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

10h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: entre outros itens, PLS nº 646/99, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte; Mensagem nº 99/2000, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 505 milhões, de principal, entre o Brasil e o Bird. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Educação
Pauta: entre outros itens, PLS nº 615/99, que altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

15h — CPI do Roubo de Cargas
Pauta: depoimento do presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de São Paulo, Romeu Natal Panzan; do diretor da Coordenação Nacional para o Combate ao Roubo de Cargas, Roberto Mira; do assessor de segurança do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Estado de São Paulo; e Artenir Werne, diretor da Transportadora Dalçoquio. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: Mensagem nº 115/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Francisco Thompson Flores Netto para exercer a função de embaixador do Brasil no Uruguai; entre outros assuntos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

Após a Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: PLS nº 292/99 (tramita em conjunto com os PLS nºs 386 e 614, de 1999), dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de armas de fogo. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: terceiro e último dia de discussão em segundo turno da PEC que prorroga a aplicação de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; entre outros assuntos.

Quinta-feira
11h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLS nº 194/99, que estabelece normas para as eleições de modo a ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; PDLs 134/98, 186/99 e 51/2000, que renovam ou outorgam a permissão ou a concessão, respectivamente, da Rádio Atenas, em Alfenas (MG); Rádio Eldorado, na cidade de São Paulo (SP); e Rádio Sociedade Espigão, em Espigão d'Oeste (RO); e Requerimento nº 268/2000, do senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 151 e 353, de 1999, por regulararem a mesma matéria.

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senadores votam empréstimo para a Previdência

Mensagem enviada ao Senado pelo presidente da República prevê a contratação, com o Banco Mundial, de US\$ 505 milhões em operação de crédito externo destinada a financiar a segunda fase da reforma previdenciária

Em regime de urgência, o Senado decide hoje se autoriza o governo a contrair empréstimo de até US\$ 505 milhões com o Banco Mundial, para a segunda fase da reforma da Previdência Social, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil. A proposta depende de um parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne pela manhã.

Em sua mensagem, o governo federal diz que a finalidade da operação é apoiar as medidas adotadas para manter o nível de despesa e investimento público na área social, num momento de contração da atividade econômica. Outro objetivo é contribuir para a manutenção da estabilidade macroeconômica.

Na CAE, alguns senadores questionaram a utilização dos recursos do empréstimo para abater a dívida externa brasileira. A comissão realizou audiência pública com o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Marcos Caramuru, que trouxe as justificativas do governo para a proposta. Segundo ele, trata-se de uma modalidade comum de empréstimo concedida pelo Banco Mundial, atrelada à realização de reformas estruturais, como a implementada pelo Brasil na Previdência Social.

Ainda hoje, o Senado realiza o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que prorroga por dez anos a aplicação, no



Também será realizado hoje mais um dia de discussão da emenda que prorroga a aplicação de recursos para irrigação no Centro-Oeste e Nordeste

Nordeste e Centro-Oeste, de percentuais mínimos dos recursos destinados pelo país à irrigação. De autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), o objetivo da emenda é garantir que o Nordeste continue, por mais dez anos,

com 50% desses recursos e o Centro-Oeste, com 20%.

Na opinião de Mauro Miranda, autor daquele dispositivo, a prorrogação desse prazo por mais dez anos é vital para que projetos agrícolas da maior im-

portância tenham retorno.

Na mesma sessão, os senadores decidirão se renovam as concessões outorgadas à Rádio Alvorada de Cardoso, de Cardoso (SP); à Rádio Costa Azul FM, de Angra dos Reis (RJ); e à Fundação Cultural Rio-Grandense, de Caxias do Sul (RS).

Decide também sobre requerimento em que a senadora Marina Silva (PT-AC) pede que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) seja ouvida sobre o projeto que cria uma reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas.

CRE aprecia duas indicações para cargo de embaixador

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se a partir das 17h30 de hoje para apreciar, entre outros itens, a indicação dos nomes dos embaixadores brasileiros Francisco Thompson Flôres Netto, para o Uruguai, e Joaquim Augusto Whitaker Salles, para Uganda, cu-

mulativamente com o de embaixador no Quênia, que já exerce.

Na mesma reunião, a comissão, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), analisa projeto que dispõe sobre as terras devolutas da União. A matéria tem parecer contrário do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).

CAE examina projeto de lei que cria Código de Defesa do Contribuinte

Projeto de lei complementar do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que cria o Código de Defesa do Contribuinte está na pauta da reunião que a Comissão de Assuntos Econômicos realiza hoje. Com parecer favorável do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), a matéria foi elaborada, segundo o autor, com o propósito de dar ao contribuinte "uma relação de igualdade jurídica com o fisco".

O projeto não tem caráter terminativo na comissão. Por esse motivo, terá de ser apreciado pelo Plenário. Ele já foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com emendas. Na CAE, a proposta recebeu seis emendas.

Para o relator, o projeto "vem ao encontro da necessidade de resgatar os direitos do contribuinte brasileiro, vítima contumaz de abuso por parte das fazendas públicas federal, estaduais, distrital e municipais". Ele diz em seu relatório que a maioria dos países

desenvolvidos já possui legislação para regular o assunto.

Os membros da CAE também devem examinar duas mensagens presidenciais que solicitam autorização para empréstimos externos. Uma trata do contrato de operação de crédito no valor de US\$ 505

milhões, junto ao Banco Mundial, para o governo executar ações na Previdência Social. Essa matéria já foi motivo de audiência pública com o secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda. Se aprovada na comissão, a proposta segue para a votação em regime de urgência pelo Plenário, ainda hoje.

Na ocasião, os senadores debateram sobre a aplicação efetiva dos recursos, destinados a cobrir despesas relativas à dívida pública. O



Bornhausen defende "relação de igualdade" entre os contribuintes e o fisco

relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que já havia distribuído seu voto favorável aos senadores da comissão, manteve apoio à matéria mas reformulou o seu relatório, nos termos de um projeto de resolução que será agora apreciado pela CAE.

A outra mensagem refere-se à operação de crédito no valor de US\$ 97,855 milhões entre o Brasil e o Banque Nationale de Paris (BNP), destinado ao financiamento de importação de oito helicópteros "Cougar" e serviços a serem fornecidos pela Eurocopter S.A. O relator, Wellington Roberto (PMDB-PB), é favorável à realização do contrato nos termos de um projeto de resolução que apresenta.

Comissão de Orçamento analisa o relatório final do Plano Plurianual

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização discute hoje o relatório final do Plano Plurianual (PPA) relativo ao quadriênio que vai de 2000 a 2003. A discussão foi interrompida na última quinta-feira, quando ficou

decidido que o relator, deputado Renato Viana (PMDB-SC), acrescentaria um adendo com algumas correções no texto do projeto de lei.

O adendo foi distribuído ontem aos senadores e deputados mem-

bro da comissão. O relatório de Renato Viana propõe um acréscimo de R\$ 21 bilhões à proposta enviada pelo Executivo. O presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), marcou a reunião para as 15h.

TV Senado
Política e muito mais.

Saúde

Através de operadoras de TV a Cabo, antenas parabólicas e dos sistemas SKY, Direct TV, e Tec Sat, você acompanha, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões de comissões permanentes e especiais. Assista, também, os programas *Saúde Todo Dia*, *Consulta Marcada* e *UNIP/ Saúde* para se informar sobre alimentação, prevenção de doenças, atividades físicas, campanhas governamentais e demais cuidados com a saúde.



CCJ debate vinculação de verbas para a saúde

Presidente da comissão, senador José Agripino, convidou os ministros da Saúde, José Serra, e da Fazenda, Pedro Malan

Os ministros da Saúde, José Serra, e da Fazenda, Pedro Malan, estão convidados para um debate hoje, às 10h, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sobre a proposta de emenda constitucional que vincula as verbas orçamentárias destinadas à saúde. O convite aos ministros foi feito pelo próprio presidente da comissão, senador José Agripino (PFL-RN).

Mesmo sem ter recebido confirmação da presença dos dois ministros, o senador demonstrou otimismo em relação à realização do debate. "Se eles não vierem, ficará clara a posição do governo de lavar as mãos em relação à proposta", disse Agripino. "Ou então ficará flagrante a divergência de opiniões entre os dois ministros, que o governo não gostaria de expor", ponderou.

A proposta de emenda cons-



Agripino acredita que o debate poderá esclarecer a posição do governo a respeito da PEC

titucional obriga a União, estados e municípios a aumentar os recursos orçamentários destinados à saúde. Segundo a proposta, a União deverá destinar à saúde neste ano um volume de verbas 5% maior do que o de 1999. Os estados e o Distrito Federal terão que contribuir com 12% de seus orçamentos, enquanto os municípios destinarão 15% do orçamento para a área.

— A opinião pública elegeu a saúde, ao lado da educação e da segurança, como os setores que mais necessitam de uma eficiente intervenção do Estado. A destinação obrigatória de percentuais orçamentários para os serviços públicos de saúde constitui medida que deverá assegurar maior disponibilidade de atendimento — diz o relator da proposta, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).



Caso as aplicações em saúde sejam inferiores às previstas pela proposta, os estados, os municípios e o Distrito Federal deverão elevá-las gradualmente até 2004

Proposta estabelece regra transitória até 2004

A proposta de emenda constitucional que deverá ser debatida hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) prevê que uma lei complementar definirá o percentual a ser aplicado no setor de saúde pela União, estados e municípios.

Até a aprovação dessa lei complementar, estabelece a PEC, valerá uma disposição constitucional transitória, segundo a qual a União seria obrigada no ano 2000 a aplicar em saúde 5% a mais do que em 1999 e, entre 2001 e 2004, o valor aplicado no ano anterior cor-

rigido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB).

Os estados e o Distrito Federal, ainda segundo a proposta de emenda constitucional, teriam de aplicar em ações de saúde 12% da arrecadação dos impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e sobre transmissão *causa mortis* e doações de quaisquer bens ou direitos. Os municípios e o Distrito Federal destinariam à saúde 15% da arrecadação dos impostos sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU),

Serviços (ISS) e transmissão *inter vivos*.

Caso as aplicações em saúde sejam inferiores às previstas pela proposta, os estados, os municípios e o Distrito Federal deverão elevá-las gradualmente até 2004. A proposta de emenda constitucional, que recebeu parecer favorável da CCJ e aguarda votação em Plenário, inclui o descumprimento dos percentuais mínimos de investimento no setor como uma das causas para a intervenção da União nos estados e no Distrito Federal.

Proibição de venda de armas será discutida em reunião extraordinária

O substitutivo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) a três projetos de lei que limitam a comercialização de armas de fogo no país será discutido hoje em reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator propõe a proibição da venda de armamentos e



Renan Calheiros propõe a proibição da venda de armamentos e munições

munições e o recolhimento das armas em poder da população. A reunião deverá se realizar após a Ordem do Dia, no final da tarde.

De autoria dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), Gerson Camata (PMDB-ES) e do ex-senador Djalma Falcão, as propostas originais foram incluídas na pauta da convocação extraordinária de janeiro passado, mas não puderam ser votadas, em razão de divergências entre Calheiros e o relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Pedro Piva (PSDB-SP). Da CCJ, a proposta seguirá para a CRE.

Calheiros está propondo suspender, por um ano, a concessão de novas autorizações para o funcionamento de empresas de segurança e a realização de um referendo, por meio do qual a população opi-

ne sobre a proposta que vier a ser aprovada pelo Legislativo. O substitutivo prevê exceções para a comercialização de armamentos: moradores de áreas rurais e clubes de tiro e caça poderiam comprar armas, desde que não fossem transportadas para fora das áreas delimitadas.

As Forças Armadas, as polícias, guardas municipais e florestais, agentes de trânsito e de órgãos ambientais, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e empresas de segurança estão entre as instituições que ficam de fora da proibição sugerida por Calheiros. O senador acredita que as exceções não descaracterizam a intenção das proposições originais, que é limitar o número de armas na sociedade.

O relator definiu a forma de recolhimento das armas em poder da população: as pessoas que as possuíam deverão entregar o material em unidades das Forças Armadas, da Polícia Federal ou das polícias civis, num prazo de 360 dias, sendo indenizadas pela perda das armas. As que têm porte irregular mas entregarem as armas voluntariamente ficarão isentas de punição.

Empresários falam à CPI sobre crescimento do roubo de cargas

A comissão mista parlamentar de inquérito que investiga o roubo de cargas em transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários ouve hoje, às 15 horas, os depoimentos de Romeu Natal Panzan, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de São Paulo, e Augusto Dalçoquio Neto, presidente da Federação dos Transportes de Cargas de Santa Catarina. Eles serão as primeiras testemunhas, de uma relação de empresários, sindicalistas e policiais, a prestar depoimentos à CPI. O ministro da Justiça, José Gregori, também será ouvido.

De acordo com o senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da CPI, os empresários deverão explicar como tem se desencadeado a ação das quadrilhas e qual tem sido a reação da polícia com relação às queixas.

— Os empresários estão praticamente desesperados com o aumen-



to dos roubos, e vão nos explicar como operam os criminosos, atualizando informações — afirmou Tuma.

Ele também informou que uma das testemunhas a serem ouvidas nos próximos dias pediu sigilo.

— Um dos depoentes prometeu trazer fatos novos e, por temer re-



Tuma revela que uma testemunha pediu sigilo para depor

presálias, pediu para prestar parte dos depoimentos em sigilo, falando somente com os parlamentares — revelou o senador, para quem o maior desafio aos trabalhos da CPI é alcançar os receptores, para interromper a ação das quadrilhas.

Ainda serão tomados os depoimentos de várias testemunhas que depuseram às CPIs do Narcotráfico e dos Medicamentos, promovidas pela Câmara dos Deputados.

População defende as florestas, afirma Marina

Para a senadora, o resultado do levantamento realizado pelo Instituto Vox Populi deve ser encarado pelos políticos "como um recado"

A senadora Marina Silva (PT-AC) registrou ontem em Plenário pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populi segundo a qual 88% da população brasileira é favorável ao aumento da proteção às florestas do país, ao contrário, disse, "do que defendem



Marina: os recursos ambientais não podem mais ser sacrificados

parlamentares da bancada ruralista no Congresso Nacional". Marina solicitou a inclusão dos resultados do levantamento nos Anais do Senado.

A pesquisa, ressaltou Marina Sil-

va, divulgada num momento em que se discute a reforma do Código Florestal, deve ser encarada por políticos e empresários como "um recado claro" de que a sociedade brasileira não aceita o discurso "de desenvolvimento pelo desenvolvimento", permitindo que florestas e outros recursos ambientais são sacrificados para garantir o lucro imediato.

De acordo com Marina Silva, o Congresso Nacional deve se atua-

lizar com relação às novas tecnologias de preservação ambiental, indicativas de que é possível ampliar a proteção, sem impor limitações ao desenvolvimento econômico. A sociedade brasileira, frisou a senadora, deseja um desenvolvimento que não leve ao desmatamento. Marina também apresentou dados que apontam a destruição de 12% da floresta amazônica e 92% da Mata Atlântica.

— Não podemos promover um dano ambiental que seja irreparável para as gerações futuras — alertou.

Leomar Quintanilha aponta resultados positivos da visita de FHC ao Tocantins

Ao relatar os resultados da visita do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Tocantins, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) enfatizou a importância da decisão de se criar a Universidade Federal do Tocantins e de se reconhecer a dívida da União com o estado. As medidas, segundo o senador, permitirão levar adiante os projetos de infra-estrutura necessários ao desenvolvimento econômico do estado e ao bem-estar de sua população.

Quintanilha destacou os programas de aproveitamento do rio Tocantins para geração de energia elétrica, que, segundo afirmou, são importantes não somente para o estado, mas para todo o país. Os projetos prevêem a construção de

seis hidrelétricas. A primeira delas, chamada Luís Eduardo Magalhães e visitada pelo presidente da República, será inaugurada em setembro de 2001. Serão gerados 850 megawatts em sua primeira fase, o suficiente para que o estado deixe de importar energia para suas cidades e para a eletrificação rural.

O senador declarou que as lideranças políticas do Tocantins estão integradas com o governo federal, em razão dos projetos previstos pelo Plano Plurianual (PPA) que beneficiarão o estado. É o caso, disse, das hidrovias na bacia Tocantins-Araguaia, da ferrovia Norte-Sul, da



Quintanilha: benefícios com a criação da Universidade Federal do Tocantins

duplicação do "linhão" Norte-Sul de energia elétrica e de projetos de desenvolvimento da pesca, turismo e irrigação. "Esses projetos criam condições para o desenvolvimento e a prosperidade do estado", asseverou.

Em aparte, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) manifestou sua satisfação com o desenvolvimento do Tocantins, afirmando que o progresso refletirá em toda a região Norte. "Nossos estados novos precisam de atenção do governo federal para desenvolver suas potencialidades", afirmou.

José Jorge defende manutenção de recursos para Pernambuco

O senador José Jorge (PFL-PE) defendeu a manutenção, no Orçamento Geral da União para 2000, de verbas destinadas a Pernambuco que estão sendo contingenciadas pelo governo. Embora não se possa ainda dimensionar a amplitude dos cortes,



José Jorge: é necessária a manutenção dos R\$ 1,4 bilhões previstos inicialmente

o senador conclamou a bancada de seu estado a lutar pela execução de projetos considerados importantes.

Pernambuco necessita executar uma série de obras para continuar seu desenvolvimento, disse. Para isso seria fundamental manter no Orçamento o R\$ 1,4 bilhão previsto inicialmente. O fato levou o parlamentar a questionar o papel do Legislativo no controle do Orçamento.

— Acredito que é o momento de o Congresso repensar seu pa-

pel nessa matéria e marcar uma firme posição em defesa de suas prerrogativas.

O senador registrou também a importância da cooperação entre a administração do governador Jarbas Vasconcelos e o governo federal, com papel destacado para o vice-presidente da República, Marco Maciel. Segundo disse, os parlamentares que representam Pernambuco no Congresso Nacional estão também unidos no esforço de construir as bases de um "desenvolvimento consistente e sustentável".

Jonas faz homenagem póstuma a desembargador

Com o falecimento prematuro do desembargador Wandyr Clait Duarte, presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) fez pronunciamento no Plenário em homenagem póstuma. O senador pretendeu "marcar indelevelmente" seu sentimento de pesar pela morte do desembargador, que ele chamou de "homem de bem".

Nascido em 30 de agosto de 1947, Wandyr Duarte era conhecido por seu dinamismo e pela administração exemplar à frente do tribunal, de onde promoveu diversas reformas nos prédios dos fóruns de cidades do interior mato-grossense, como Juara, Porto Gaúcho, Pedra Preta, Primavera do Leste e Rondonópolis, ressaltou o senador. O magistrado também foi responsável pela criação do Juizado Especial do Consumidor e pela proposta de implantação do Juizado



Para Jonas Pinheiro, o desembargador Wandyr Duarte ficou conhecido pelo seu dinamismo

das Pequenas e Médias Empresas.

Por mérito pessoal, frisou Jonas Pinheiro, Wandyr Duarte obteve o reconhecimento de várias instituições de Mato Grosso, das quais recebeu inúmeras condecorações. Em maio de 1992, assumiu o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça e, de 1995 a 1997, foi corregedor-geral da Justiça, acrescentou o senador.

Fala, Cidadão

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para:



Endrigo Francisco da Silva, de Araraquara (SP), pergunta

Senadora Marina Silva responde

"Peço informações sobre o Código Florestal, pois na reformulação a área de proteção ambiental caiu de 50% para 20%?"

As propostas do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) de mudanças no Código Florestal permitiam aumentar muito o desmatamento na Amazônia. Atualmente, 80% das matas nativas nas propriedades particulares são considerados reserva legal, mas outros usos sustentáveis da floresta - exploração controlada de madeira, extrativismos diversos, etc. - são permitidos nessa área, e a experiência tem mostrado que podem ser mais rentáveis do que agricultura ou pecuária tradicionais. Micheletto invertia a situação e passava a ser possível desmatar até 80%, em alguns casos.

Mas a aprovação do projeto na comissão mista causou forte indignação no país. Milhares de e-mails e telefonemas chegaram ao Congresso; jomais e TVs condenaram a aprovação e divulgaram farto noticiário sobre o assunto. Isso foi decisivo para que fosse feito acordo de lideranças na Câmara para não colocar em pauta o projeto, derrubando-o na prática. O governo federal, por sua vez, enviou ao Congresso nova medida provisória, sem os pontos negativos da proposta Micheletto. Essa medida será analisada por nova comissão mista, com o dobro de membros da anterior, na qual dominavam parlamentares ruralistas. O próprio deputado Micheletto já recuou na maioria de suas propostas.

Há, por trás da polêmica sobre o código, idéias opostas sobre o uso dos recursos naturais para o desenvolvimento. De um lado, uma visão ultrapassada de aumentar a produção agrícola desmatando novas áreas. De outro, a defesa de que as florestas em pé cumprem uma função ecológica essencial para todas as atividades humanas, pois protegem os recursos hídricos, garantem melhor qualidade do ar e são, também, uma riqueza incalculável em biodiversidade, fonte da economia do futuro. Destruídas, representam riqueza para poucos e enormes prejuízos para o país.

Thelma quer percentuais de participação na política para homens e mulheres

Senadora explica que esse mecanismo – implantado em países como Noruega e Dinamarca – é uma forma alternativa à fixação de cotas, que “embute um resíduo de discriminação”

Ao registrar que atualmente ocorre uma convergência de atenções e interesses em torno das causas e questões femininas, a senadora Thelma Siqueira Campos (PPB-TO) defendeu, como uma das estratégias contra as discriminações que persistem em relação à presença das mulheres na política e no poder, a adoção de percentuais mínimos de participação para ambos os sexos. Os percentuais seriam definidos para a composição das listas eleitorais, mas também para a constituição de conselhos, comissões, agências ou outros órgãos de administração partidária.

– Esses mínimos para ambos os sexos poderiam se estender também para funções executivas, de

governo e de outros organismos sociais – explicou.

A sugestão, conforme disse, foi feita em mesa de debates de que participou, como representante do Senado, no seminário *Mulheres na Política e no Poder*, promovido pelo Cfêmea, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e Frente Parlamentar Feminina no Congresso Nacional.

ALTERNATIVA

Na opinião da senadora, o estabelecimento de percentuais – como ocorre em países como Noruega e Dinamarca – é uma forma de participação alternativa à fixação de cotas, vigente, que, a seu ver, embutiria “um resíduo de discriminação”.

Além do seminário, Thelma sa-



Thelma destacou a discussão de proposta que assegura às mulheres igualdade de acesso ao STF

lientou a importância da discussão, pelo Plenário do Senado, de proposta de emenda constitucional que assegura às mulheres igualdade de acesso ao Supremo Tribunal Federal (STF), apresentada por Ademir Andrade (PSB-

PA) e que obteve parecer favorável do relator, Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Thelma Siqueira Campos também agradeceu ao presidente da República pela visita que fez ao estado do Tocantins.

Moreira Mendes defende aumento salarial para servidores

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) defendeu aumento para os servidores públicos federais, sem reajuste salarial desde o início do governo Fernando Henrique Cardoso. Para o senador, o governo transformou o funcionário público em “bode expiatório” para todas as mazelas que afligem o país.

– Há quase seis anos os servidores não têm reajuste de salário. Como convencê-los de que seus salários ainda são suficientes para suprir-lhes as necessidades? Como ensiná-los a fazer milagres? – questionou o senador, classificando de “massacre” a política do governo.

Segundo ele, o governo federal alcançou, em grande parte, os seus objetivos com a reforma administrativa. “Os gastos com pessoal deixaram de ser incontroláveis a partir da flexibilização da estabilidade dos servidores, que poderão ser demitidos se tiverem desempenho insuficiente ou se as despesas de pessoal superarem os limites legais”, argumentou Moreira Mendes, lembrando também o estabelecimento de um teto absoluto para os integrantes da administração pública e do fim da unicidade de regime jurídico.

O senador acredita que seja necessário valorizar o servidor, buscando sua profissionalização. Moreira Mendes pediu a instituição de um plano de carreira, com definição clara de classes, cargos e forma de provimento e requisitos para a promoção.

– Mas o que vale é o pouco caso e o esquecimento, justamente para aqueles que têm o contato com o grande público nas atribuições específicas do Estado – apontou.

Com melhores condições de trabalho e salários compatíveis, sustenta o senador, pode-se ter servidores motivados, trazendo satisfação ao povo e evitando situações de tensão e conflito.



Moreira Mendes: governo transformou o funcionário público em “bode expiatório”

Pena por trabalho escravo pode ser aumentada

Os responsáveis por submeterem trabalhadores à condição de trabalho escravo poderão ter a pena mínima aumentada de dois para três anos. A mudança tornaria o crime inafiançável. É o que propõe o senador Lauro Campos (PT-DF) em projeto de lei que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para decisão terminativa.

De acordo com a legislação atual, a pena prevista para os responsáveis por reduzirem seus empregados a condição análoga de escravo é de dois a oito anos de reclusão. No entanto, segundo o Código Penal, a aplicação de uma punição de dois anos permite a concessão de fiança. A intenção do senador é tornar inafiançável “esse crime nefasto, contribuindo para maior impacto da persecução penal”.

O projeto também agrava a punição de acordo com o número de vítimas. Entre dez e 50 vítimas, a pena seria aumentada em um terço; se o crime atingir entre 51 e 100 pessoas, à metade, e poderá ser duplicada, caso o número de trabalhadores seja superior a 100. Atualmente, o Código Penal restringe o aumento das punições somente à metade.

Lauro critica programa de demissão no GDF

Ao assinalar que o Distrito Federal é o “campeão brasileiro” de desemprego, com 23% de sua força de trabalho sem ocupação, o senador Lauro Campos (PT-DF) criticou o programa de demissão voluntária implantado recentemente pelo governador Joaquim Roriz. Ele afirmou que, enquanto o governador fala em demissão voluntária, seu vice, Benedito Domingos, nomeia sem concurso público 1.900 pessoas para o seu gabinete.

– O governo de Joaquim Roriz está desempregando, demitindo, expulsando funcionários pela via das demissões voluntárias com uma mão e, com a outra, com a mão sorrateira e criminosa, reemprega 1.900 pessoas para trabalhar em um único gabinete, o do vice-governador Benedito Domingos – afirmou Lauro Campos.

O senador fez outras críticas ao governo Joaquim Roriz, lembrando a ação da Polícia Militar, no dia 2 de dezembro do ano passado, contra manifestantes da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), que culminou na morte de um funcionário e deixou outros dois cegos, além de 32 feridos. Ele lamentou que até hoje as providências tomadas tenham sido mínimas e denunciou que Roriz rasgou o relatório elaborado pela primeira comissão que investigou os fatos, nomeada por ele



Lauro condenou nomeação sem concurso de 1.900 pessoas para o gabinete do vice-governador

próprio, porque as conclusões apresentadas não o agradaram.

Lauro Campos mencionou também a série de reportagens publicada pelo *Correio Braziliense* sobre a influência de bicheiros nas decisões do governo Roriz. De acordo com as reportagens, lembrou o senador, o governador estaria sendo cobrado por um banqueiro de jogo do bicho de Goiânia que teria contribuído financeiramente para sua campanha. Segundo Lauro Campos, o bicheiro afirmou ao jornal que teria dado apoio financeiro à candidatura de Roriz em troca do direito de explorar a Loteria do Distrito Federal.

PATRIMÔNIO

Lauro Campos também levantou dúvidas sobre a forma como

o governador Joaquim Roriz conquistou seu patrimônio pessoal, que segundo o senador seria de R\$ 34 milhões. Ele lembrou que, na comissão parlamentar de inquérito que culminou com o afastamento do presidente Fernando Collor, Roriz prestou depoimento e respondeu ao então senador Esperidião Amin que o patrimônio foi herdado de seu pai.

– Esperidião Amin respondeu que conhecia o inventário dos bens deixados pelo pai de Joaquim Roriz e que ele próprio tinha herdado uma quantidade bem maior que a recebida por Roriz e que mesmo assim possuía um patrimônio muitas vezes menor que o dele. Mas nada disso será investigado nem será criada uma CPI porque os 16 deputados distritais que dão sustentação ao governo impedem qualquer apuração – lamentou.

Matérias publicadas pelo *Correio Braziliense*, denunciando a concessão de empréstimos irregulares pelo Banco de Brasília (BRB) para que empresários pernambucanos comprassem o *Jornal de Brasília*, também foram citadas por Lauro Campos. O senador denunciou, ainda, a existência de irregularidades na aplicação de recursos da merenda escolar e do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Patrocínio defende opção por carros movidos a álcool

Depois das recentes altas no preço do petróleo é fundamental a opção pelo álcool como combustível da frota nacional de veículos. A opinião é do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), para quem a lei sancionada pelo governo obrigando a utilização de álcool nos veículos oficiais é a maior prova da retomada do Proálcool. O assunto é tema de entrevista que o senador concedeu à TV Senado e será exibida hoje às 9h30.



Carlos Patrocínio

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

5h30 — *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas
 5h55 — *Senado em Pauta*
 6h — *Unip*: Alimentação das crianças — 2ª parte
 6h30 — *Cidadania*: Senador Roberto Requião e João Pedro Stédile, coordenador nacional do MST, falam sobre reforma agrária
 7h25 — *Senado em Pauta*
 7h30 — *Entrevista*: Senador Francelino Pereira fala sobre telecomunicações
 7h55 — *Senado em Pauta*
 8h — *Jornal do Senado*
 8h30 — *TV Escola* — Educação ambiental: crescimento urbano
 8h55 — *Senado em Pauta*
 9h — *Cores do Brasil* — Turismo em Itaipu
 9h30 — *Entrevista*: Senador Carlos Patrocínio fala sobre o álcool combustível
 10h — Comissão de Constituição e Justiça (vivo)
 Logo após: Comissão de Assuntos Econômicos
 13h30 — *Cidadania*: Senador Roberto Requião e João Pedro Stédile falam sobre reforma agrária
 14h25 — *Senado em Pauta*
 14h30 — Sessão Plenária (vivo)
 Logo após: Comissão de Educação (gravado)
 21h — *Jornal do Senado*

Logo após: CPI do Roubo de Cargas (gravado)
 Comissão de Relações Exteriores (gravado)
 Sessão Plenária (reapresentação)

PROGRAMAÇÃO SUJEITA A ALTERAÇÕES EM VIRTUDE DAS ATIVIDADES DO SENADO

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
 Em seguida — Música e informação
 10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
 Em seguida — Música e informação
 14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
 Em seguida — Música e informação
 19h — *A Voz do Brasil*
 Em seguida — Música e informação
 20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
 Em seguida — Música e informação
 21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
 Em seguida — Música e informação
 21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
 Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Torres assume no Senado em substituição a Wilson

Transposição do rio São Francisco e privatização da Chesf são os temas que merecerão mais atenção do novo representante de Pernambuco

Tomou posse ontem novo senador por Pernambuco, Clodoaldo Torres (PTB), substituindo o senador Carlos Wilson (PSDB), que se licenciou para ser candidato à prefeitura do Recife. Torres prestou juramento de defender a Constituição e as leis do país, e de exercer seu mandato com integridade e espírito público.

Em seu pronunciamento, o novo senador afirmou que dará especial atenção aos projetos de transposição do rio São Francisco e de privatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). Ele disse, ainda, ter grande interesse na análise do desempenho das empresas privadas que substituíram as empresas estatais quando da privatização do Sistema Telebrás.

Clodoaldo Torres falou sobre sua experiência política e parla-



Clodoaldo Torres lembrou sua experiência de deputado e secretário de Minas e Energia em Pernambuco

mentar, lembrando ter sido deputado estadual por dois mandatos, presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, secretário de Estado de Minas e

Energia e presidente da Telecomunicações de Pernambuco. Em nome do PFL e da bancada de Pernambuco, o senador José Jorge deu-lhe as boas vindas, convidando-o a trabalhar com ele pelos interesses do estado.

Romero Jucá (RR) também deu boas-vindas, em nome do PSDB, ao senador Clodoaldo Torres.

— Sua vinda ao Senado trará importante contribuição, não só ao estado de Pernambuco, que representa, mas também para a discussão de grandes temas nacionais. Quero desejar boas-vindas e dizer que estamos abertos à sua colaboração — afirmou o senador, lembrando também o passado de Clodoaldo Torres como sindicalista.

Romero Jucá parabeniza município de Caracarái pelo 55º aniversário

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) parabenizou ontem em Plenário o município de Caracarái, a segunda cidade de Roraima, pelo seu 55º aniversário, ocorrido no último dia 27. Além de cumprimentar os cidadãos do município, ele congratulou o prefeito, Antônio Reis (PMDB), que, segundo afirmou, tem desenvolvido um trabalho marcante para a população.

— Nos últimos quatro anos, o prefeito Antônio Reis vem realizando obras de saneamento, saúde, geração de empregos e apoio à produção rural — elogiou Romero Jucá, que disse considerar o município de Caracarái um dos mais importantes de seu estado.

O senador prometeu ainda pronunciar-se, em breve, sobre a proposta de criação de uma CPI para investigar a atuação dos institutos de pesquisa política.

— Agora que se aproximam as eleições municipais, considero oportuna a discussão dessa questão, para que se investigue o funcionamento desses institutos de pesquisa e seu envolvimento com máquinas governamentais — afirmou Jucá.

Senador vê urgência na reforma política

Uma reforma política que apriore as instituições democráticas e garanta o primado da ética e do direito, para que a sociedade, e principalmente os jovens, volte a se interessar por assuntos políticos e pelo governo. Foi o que defendeu o senador Romero Jucá, ao citar uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo, de São Paulo, que demonstra que o jovem brasileiro não confia nos políticos, nos partidos, no governo federal e no Judiciário.

Segundo a pesquisa, em que foram ouvidos 1.806 jovens, de 18 a 21 de novembro de 1999, as únicas instituições respeitadas pelos jovens são a família e a Igreja Católica. Aperfeiçoar a Justiça, adotar estruturas e instituições políticas adequadas ao povo brasileiro e garantir maior estabilidade política e democrática para fortalecer os partidos políticos



Romero Jucá se preocupa com desinteresse dos jovens pela política

são algumas das necessidades apontadas por Romero Jucá.

O senador acha que existe uma crise ética não só no Brasil, mas em todo o mundo. Ele lembrou que o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso tem defendido a necessidade de uma reforma política. “Uma geração desinteressada em política dificilmente conseguirá associar desenvolvimento e democracia, cidadania e melhor distribuição de renda, erradicação da miséria e justiça social”, disse Romero Jucá.

Estevão nega ser dono da Incal Incorporações

Senador considera precipitadas as declarações do procurador-geral da República sobre o assunto e afirma que Geraldo Brindeiro, como fiscal da lei, deveria ter-se certificado da veracidade de documentos em poder do Ministério Público

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) negou, em discurso no Plenário ontem, que o Grupo OK, de sua propriedade, seja dono de 90% das ações da Incal Incorporações, empresa que realizou a obra superfaturada do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. "O Grupo OK, seus sócios ou diretores não são nem nunca foram donos ou acionistas da Incal Incorporações S/A", afirmou.

Estevão considerou precipitadas as declarações do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, sobre o assunto. "Como fiscal da lei, Brindeiro deveria ter tido o cuidado de se dirigir à Junta Comercial e ver se o documento foi registrado, antes de dar credibilidade aos documentos em poder do Ministério Público", observou.

O senador explicou que, em 21 de fevereiro de 1992, o Grupo OK e o Grupo Monteiro de Barros discutiram a possibilidade de consorciar-se para disputar a licitação da obra de construção do TRT de São Paulo. A licitação seria realizada no dia 25 de fevereiro daquele ano.

Segundo Estevão, as empresas chegaram a celebrar um contrato pelo qual a Incal Indústria e Comércio de Alumínio Ltda. venderia suas cotas da Incal Incorporações S/A para o Grupo OK, que passaria assim a ser proprietário de 90% das ações. O senador ga-

rantiu que o contrato foi anulado no mesmo dia. "Sem ter gerado quaisquer efeitos legais, financeiros ou patrimoniais."

De acordo com o senador, o contrato celebrado entre o Grupo OK e o Grupo Monteiro de Barros não foi registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo nem no Livro de Registro de Transferência de Ações Nominativas da Incal. No mesmo dia 21 de fevereiro de 1992, destacou Estevão, foi registrada na Junta Comercial de São Paulo a composição da Incal Incorporações, tendo a Incal Indústria e Comércio de Alumínio Ltda. ficado com 90% das cotas e a Monteiro de Barros com os 10% restantes.

Quando o contrato foi celebrado entre o Grupo OK e a Incal Indústria e Comércio de Alumínio Ltda., em 21 de fevereiro de 1992, a negociação foi registrada no Livro de Registro de Transferência de Ações Nominativas da Incal. Segundo Estevão, como o negócio não se concretizou, um carimbo de "cancelado" foi marcado sobre a operação no livro. Mas o livro que contém o cancelamento do negócio se extraviou em 21 de dezembro de 1993, conforme publicação, de acordo com Estevão, no *Diário Oficial* do estado de São Paulo e no *Diário do Comércio*. Um novo livro foi posto em uso, mas, como a operação havia sido cancelada, o novo livro não a re-



Luiz Estevão desmentiu também a reportagem do *Correio Braziliense* e destacou ser muito fácil falsificar textos em formato digital

trado em um disquete do senador, Estevão destacou ser muito fácil falsificar textos em formato digital. Teria sido encontrado nesse disquete um documento com detalhes sobre a obra do TRT-SP.

O jornal argumentou como comprovação da veracidade dos arquivos a data em que foram produzidos, 23 de novembro de 1998. Mas o senador afirmou que "qualquer pessoa com um mínimo de conhe-

cimento sabe que é só atrasar o relógio do micro para conseguir esse resultado". O texto teria sido produzido em computador de seu gabinete na época em que era deputado distrital e Estevão destacou que, naquela data, nem ocupava mais esse gabinete, uma vez que trabalhava na equipe de transição do governo do Distrito Federal.

O senador pediu à imprensa que reflita antes de publicar documentos anônimos. "Liberdade de imprensa não significa o direito de dizer o que quer; significa assegurar à imprensa o direito de dizer a verdade", afirmou.

gistro, de acordo com Estevão. O Ministério Público alega ter uma cópia não autenticada do registro dessa transferência num livro de ações, informou o senador.

Estevão lembrou que em 25 de fevereiro de 92 o Grupo OK participou de licitação para construção do Fórum Trabalhista de São Paulo, associado à construtora A. Veloso. O Grupo Monteiro de Barros associou-se à Incal Indústria e Comércio de Alumínio Ltda. A Incal Incorporações, que efetivou a obra, não participou da licitação.

Quanto à reportagem publicada no último domingo pelo jornal *Correio Braziliense* sobre um suposto "arquivo secreto" encon-

Projeto obriga BC a publicar lista de bancos multados

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) apresentou projeto que obriga o Banco Central a publicar, trimestralmente, a relação dos custos operacionais dos bancos, referentes a todos os serviços prestados aos clientes. A publicação deverá ser feita em órgão de divulgação oficial do governo ou em jornais de grande circulação e interesse local. O projeto vai tramitar nas comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo.

Pelo projeto, também deve-

rá ser publicada a lista dos bancos multados por cobranças indevidas. Segundo Estevão, os correntistas, tomadores de empréstimos ou investidores de bancos sediados no Brasil precisam de um mecanismo que os defenda do pagamento de custos abusivos.

— Recentemente, foi dada divulgação a uma longa entrevista concedida pela diretora de Fiscalização do Banco Central, que, abordando o problema de maneira esclarecedora, reclama soluções urgentes — disse.

CE examina reserva de 30% de vagas das universidades para o período noturno

A Comissão de Educação vai examinar, em reunião extraordinária marcada para hoje, projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que propõe a reserva de 30% do total de vagas das universidades para o período noturno. O relator, senador José Jorge (PFL-PE), antecipou que dará parecer contrário à matéria, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

— Ela fere o princípio da autonomia didático-pedagógica dos esta-

belecimentos de ensino superior, além de desconsiderar a diversidade de instituições de ensino superior públicas existentes no país — afirmou.

Para o autor do projeto, sua principal contribuição é a criação de oportunidades para aqueles que se vêem obrigados a trabalhar durante o dia. No entanto, José Jorge adverte que a tentativa de homogeneizar as universidades, "mediante seu enquadramento em normas rígidas, corre o risco de promover distorções".

A senadora Emilia Fernandes



A Comissão de Educação tem em pauta, ainda, outros 13 itens para examinar

(PDT-RS) propõe uma alternativa por meio de substitutivo. Ela quer que a matéria seja regulamentada mediante atribuição de competência pelo Conselho Nacional de Educação, que analisaria a proposta sob a ótica da heterogeneidade das instituições de ensino superior.

Desse modo, entende Emilia, se en-

contraria solução para um problema apontado pelo relator. Em seu voto em separado, a senadora incorpora o prazo de dois anos para a lei entrar em vigor.

Entre outros itens que serão examinados pela comissão incluem-se projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que denomina Rodovia

Sylvio Lofêgo Botelho trecho da BR-401, em Roraima; projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que inscreve o nome de Plácido de Castro no "Livro dos Heróis da Pátria"; e mais 11 projetos de decreto legislativo que tratam da concessão ou permissão para funcionamento de meios eletrônicos de comunicação.